



A EVASÃO NO ENSINO MÉDIO REGULAR E A “ESCAMOTEAGEM” NA EJA: A PERPETUAÇÃO DE UMA DÍVIDA SOCIAL

Juliana Bicalho de Carvalho Barrios

juliana.barrios@ifpr.edu.br

Tendo como universo de análise a Juvenilização da EJA enquanto um “fenômeno” do Neoliberalismo, à luz do método Materialismo Histórico-Dialético, o presente trabalho objetiva compreender a função da “escamoteagem” na modalidade frente à evasão escolar no Ensino Médio regular. Este resumo é um recorte da dissertação de Mestrado em Educação, cuja continuidade da análise tem ocorrido atualmente no Doutorado em Educação.

Desde o final da década de 1990 nota-se o aumento expressivo da população jovem na modalidade EJA. Grande parte dessa juventude é oriunda do Ensino Médio regular e, diante de dificuldades enfrentadas na etapa, procuram a EJA com vistas à conclusão dos estudos. Há um número expressivo desses estudantes que chegam na EJA “encaminhados” pela própria equipe pedagógica das escolas de Ensino Médio regular, onde estavam anteriormente matriculados Demonstrando, dessa forma, uma falta de compreensão do significado da EJA diante do histórico de constituição da sociedade brasileira, assim como, da realidade da juventude trabalhadora do país (BARRIOS, 2018). O início da década de 1990 marca também a anexação do Brasil à agenda global Neoliberal, sobretudo, com a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Dessa forma, a educação pública brasileira passou a ter como imperativo de funcionamento a lógica do mercado, influenciando todas as etapas e modalidades de ensino.

Compreendemos a entrada do jovem na EJA a partir de três influências principais, sendo estas as: “psicopedagógicas individuais”, “sociais” e “política-estrutural”. Todavia, a migração compulsória da juventude que culmina no fenômeno da Juvenilização da EJA ocorre majoritariamente pela influência “política-estrutural” (BARRIOS, 2018). Definimos como influência “política-estrutural” (BARRIOS, 2018) o vínculo mútuo e

dialético entre a dualidade estrutural da sociedade sob o modelo capitalista de produção, e as políticas educacionais.

Embora a classe trabalhadora, por meio da luta de classes, tenha alcançado ao longo dos anos algumas concessões no âmbito da educação e demais políticas públicas, entendemos que a Política desenvolvida na sociedade da dualidade Estrutural, em face ao hiato existente entre os trabalhadores e a elite, em maior parte, reflete os interesses da burguesia. Sendo, em grande parte, um instrumento desta classe no alcance de determinados objetivos. A partir da influência “política-estrutural” compreendemos que a Juvenilização do Ensino Médio da EJA é um dos resultados dos efeitos de uma série de políticas que foram executadas fora e dentro do contexto da Educação Básica e, por isso, a definimos como um “fenômeno”.

Entre as políticas educacionais indicadas como determinantes para a Juvenilização da EJA, no campo da influência “político-estrutural” estão: a certificação facilitada ocorrida inicialmente através do ENEM, função atualmente executada com o ENCCEJA, resultando em um enorme déficit de conhecimentos; O “ranqueamento” de escolas estabelecido pelo IDEB, a partir dos índices de aprovação e reprovação que, contudo, não engloba a EJA, corroborando para que ela seja um espaço de “descarte”; As políticas que se apropriam do discurso Neoliberal de que “a escola não está sendo atrativa aos jovens” como justificativa da evasão escolar, e em forma de “superar” esse suposto “desinteresse” moldam a escola precarizando o processo de ensino e aprendizagem, mecanismo que tem sido evidenciado na BNCC e na Reforma do Ensino Médio executada a partir da Lei 13.415/2017 (BARRIOS, 2018).

Essas e outras políticas educacionais foram indicadas e analisadas na dissertação em questão, sendo entendidas como determinantes diretos e indiretos do surgimento da Juvenilização da EJA. Deste modo, o aumento da presença de estudantes jovens na EJA passou a ser encarado como um “fenômeno”. Uma vez que há todo um conjunto de acontecimentos anteriores à Juvenilização da EJA em si, que são desenvolvidos em sua maioria pelas políticas educacionais implementadas nas etapas da Educação Básica no ensino regular. Sendo a Juvenilização da EJA a “ponta do iceberg” desse conjunto de acontecimentos, cuja força motora é o Neoliberalismo.

Um dos efeitos das supracitadas políticas educacionais gestadas sob a perspectiva de governança Neoliberal, é a evasão escolar no Ensino Médio e o encaminhamento compulsório da juventude à EJA, culminando na Juvenilização na modalidade, e na

perpetuação de uma dívida social hierarquicamente herdada por extratos sociais que ocupam posição subalterna na sociedade brasileira. Durante anos em nosso país, foi negado à grande parte da população brasileira o direito à escolarização. A reparação, equalização e qualificação são funções sociais que a EJA busca desenvolver a fim de que seja possível amenizar a desigualdade no acesso aos bens sociais entre as classes. Desigualdade, esta, que se desenvolveu também em virtude da negação desse direito.

Todavia, em face à Juvenilização, constata-se que a EJA vem executando uma quarta função: a de escamoteação. A função de escamoteação concretiza-se no momento em que a juventude – em defasagem entre idade e série, repetentes, supostamente “indisciplinados”, trabalhadores, sujeitos com deficiências intelectuais e físicas e entre outros –, é jogada para outro ambiente escolar, como uma tentativa de ocultar uma situação que de alguma forma gera incômodo para o Ensino Médio regular.

O Estado enquanto uma “[...] condensação material de uma relação de forças” (POULANTZAS, 1980, p. 91), tem sua “ossatura” (POULANTZAS, 1980, p. 177) definida pelos interesses do “Bloco no Poder”, que tem sua hegemonia ideologicamente sustentada na sociedade civil pelas “Classes-Apoio do Bloco no Poder”. Filiado às teses Althusserianas do Marxismo, Poulantzas (1981, p. 91) conceituou por “Bloco no Poder” as “classes e frações de classe que ocupam o espaço da dominação política”, isto é, as classes e frações dominantes. Em contrapartida, conceituou também as “Classes-Apoio do Bloco no Poder”, por “aquelas classes, entre as classes dominadas, que têm uma função particular em relação ao bloco no poder, quer dizer, as que apoiam muito claramente o poder do bloco de poder” (POULANTZAS, 1981, p. 91).

O Estado, enquanto “expressão da situação econômica” (GRAMSCI, 1999, p. 379), na atual fase neoliberal do capitalismo, se efetiva em alguns aspectos como um “[...] aparelho de hegemonia do grupo dirigente” (GRAMSCI, 1999, p. 225). Grupo dirigente, este, que tem nas “Classes-apoio do Bloco no poder” (POULANTZAS, 1981), os defensores e “representantes” dos seus interesses dentro do aparelho Estatal. Nesse sentido, o Estado, emanando as relações inter cruzadas e contraditórias entre capital, trabalho e educação, concebe a EJA, atualmente, como um espaço contraditório do sistema de ensino brasileiro de dissimulação de um dos fracassos da atual estrutura da educação básica: a incompatibilidade com a realidade e desejos da classe trabalhadora. Perpetuando, com a presença do jovem na modalidade, a dívida social que uma grande parcela da população brasileira herdou em face à negação do direito à escolarização.

Conclui-se que a Juvenilização da EJA é expressão da negação do direito à escolarização em dois momentos: quando nega, de modo direto e indireto, o direito a permanecer no Ensino Médio regular e quando nega, também, o direito da população idosa de permanecer nas salas de aula da EJA, uma vez que a presença desse jovem na modalidade, altera todo o funcionamento e rotina daquele espaço, causando grande desconforto aos idosos. O direito à educação não foi dado, foi fruto de luta, luta do povo. É necessário, portanto, que nós – educadores –, lutemos para que o direito à educação dos jovens de todas as idades, com distorção entre idade e série ou não, que moram no centro ou nas favelas, trabalhadores ou não, seja devidamente assegurado. Há a necessidade de se debater em todos os espaços sociais sobre as formas veladas de exclusão educacional. Pois, por serem veladas, por vezes são desconhecidas.

Palavras-chave: Juvenilização da EJA; EJA; Ensino Médio; Juventude.

REFERÊNCIAS:

BARRIOS, J. **O abandono do Ensino Médio regular pelos estudantes e a Juvenilização da EJA: uma teia de relações.** 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina (PR), 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder e nós.** In: BALIBAR, E. et al. *O Estado em Discussão.* Lisboa: Edições 70, 1981.

POULANTZAS, N. **O Estado, o Poder, o Socialismo.** Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1980.